

“Foi nascendo a vontade”:

análise dos desejos de fecundidade de casais
e suas influências mútuas

Angelita Alves de Carvalho¹

Laura L. R. Wong²

Paula Miranda-Ribeiro³

Resumo

Para que a reprodução desejada seja de fato alcançada, as motivações de cada um dos parceiros devem se interagir e serem combinadas impulsionando uma ação conjunta, que é ter ou não filhos. Este artigo analisa o processo de tomada de decisão por filhos entre casais de alta escolaridade e a visão de cada um dos cônjuges sobre sua autonomia e poder de barganha quanto à implementação de sua fecundidade desejada. Foram utilizados dados quantitativos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS de 2006 e dados qualitativos, oriundos de entrevistas em profundidade realizadas com 31 com casais de alta escolaridade, em Belo Horizonte (Brasil) em 2013. Os desejos dos parceiros por filhos se interferem mutuamente, com os homens passando a ter um forte interesse e influência sobre as decisões de fecundidade. Ao final, as mulheres parecem ser aquelas que mais sofrem essa interferência ou as que mais cedem à pressão dos desejos de seus companheiros.

Palavras-chave: Preferências reprodutivas. Análise de casais. Relações de gênero.

¹ Escola Nacional de Ciências Estatísticas (angelita.carvalho@ibge.gov.br).

² Universidade Federal de Minas Gerais (lwong@cedeplar.ufmg.br).

³ Universidade Federal de Minas Gerais (paula@cedeplar.ufmg.br).

Introdução

No contexto de baixa fecundidade, como é o caso de um bom número de países do continente latino-americano, em que a Taxa de Fecundidade Total, em 2010, ficou abaixo do nível de reposição e projeções que indicam reduções ainda significativas na fecundidade, torna-se cada vez mais relevante entender a dinâmica reprodutiva dos casais. Isso porque, como apontado por Miller et al. (2004), a reprodução tem suas motivações localizadas em duas estruturas separadas, tradicionalmente, fixadas no homem e na mulher. Portanto, para que a reprodução desejada seja de fato alcançada, as motivações de ambos os cônjuges devem, de alguma forma, ser integradas, o que torna o processo de tomada de decisão por filhos ainda mais complexo.

Estudos (THOMSON, 1990; 1997) revelam que as discordâncias do casal quanto às intenções e desejos de fecundidade resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão, os quais devem ser analisados para se compreender como ocorre a dinâmica reprodutiva. Nesse processo de negociação, existem várias possibilidades de solução, em que as divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero. De acordo com Thomson (1997) e Puur et al. (2008), nas sociedades atuais, os desejos dos maridos têm maior influência sobre os desejos reprodutivos das esposas, dado que os casamentos em sociedades economicamente desenvolvidas apresentam menores desigualdades de gênero e o engajamento dos homens nas responsabilidades familiares é mais intenso. Esse maior compartilhamento das responsabilidades e cuidados com os filhos poderia levar a um aumento nos desejos de fecundidade das suas parceiras. Mas, por outro lado, Puur et al. (2008) argumentam que os homens, com visões igualitárias, teriam seus custos de crianças superiores aos seus homólogos mais tradicionais, por investirem mais tempo e energia no cuidado de seus descendentes, o que levaria à redução do número de filhos que desejam.

Tem-se a hipótese de que, apesar de as mulheres ainda ficarem com os custos físicos da gravidez e do nascimento, os homens passaram a ter um forte interesse nas decisões de fecundidade em função da influência da mídia, de instituições legais e da maior cobrança das mulheres em relação às suas obrigações. Também se especula qual seria o real poder feminino e das instituições legais em tornar essa paternidade, de fato, uma paternidade responsável, pois, a despeito do aumento da escolaridade e da autonomia feminina em diversas áreas, o mesmo não tem acontecido dentro das famílias. Espera-se, por fim, identificar possíveis fatores que contribuam para uma melhor compreensão do contínuo aumento da discrepância entre uma maior fecundidade desejada e uma menor fecundidade observada entre casais e da participação dos homens na implementação das preferências reprodutivas das mulheres e, portanto, do casal.

A relevância das intenções reprodutivas e do comportamento de casais é reconhecida há muito tempo na literatura sobre a fecundidade (RYDER, 1973), mas são poucas as análises aprofundadas sobre os planos de engravidar e do comportamento reprodutivo, considerando ambos os parceiros (FRIED; UDRY 1979; BECKMAN et al., 1983; MORGAN, 1985; THOMSON et al. 1990; THOMSON, 1997; THOMSON; HOEM, 1998). Apesar de existirem evidências de que os desejos ou intenções do marido influen-

ciam a fecundidade do casal, as pesquisas de fecundidade continuam a se basear, principalmente, nos pontos de vista das mulheres. Em grande medida, a escassez de estudos pode ser atribuída aos custos elevados de se estudarem ambos os cônjuges nas pesquisas e à menor precisão que se costuma obter da fecundidade masculina.

Além disso, Bankole e Singh (1998) afirmam que, em sociedades onde a fecundidade é baixa, o desejo do marido torna-se dominante em prever o comportamento do casal, enquanto o desejo da mulher é mais relevante quando o número de filhos é elevado. Isso implica que, no caso do Brasil, o nível de interação entre os desejos do marido e da mulher torna-se um fator relevante para examinar não somente as diferenças de objetivo reprodutivo dos parceiros conjugais, mas também as relações de poder que guiam o comportamento reprodutivo dos casais.

Logo, é importante entender como os desejos e intenções sobre fecundidade, de cada um dos parceiros, separadamente, interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é (não) ter filhos. A fim de avançar nessa temática, este artigo analisa o processo de tomada de decisão por filhos entre casais de alta escolaridade e a visão de cada um dos cônjuges sobre sua autonomia e poder de barganha quanto à implementação de sua fecundidade desejada.

O processo de tomada de decisão por filhos entre casais

Os estudos sobre preferências reprodutivas envolvendo casais mostravam que cabia à mulher a decisão sobre quando e quantos filhos o casal teria. Isso se baseava, especialmente, no fato de a mulher ser a responsável biológica pelo nascimento dos filhos e, portanto, a mesma dominaria as decisões reprodutivas. Por muitas décadas essa visão predominou nos estudos de preferências e intenções reprodutivas e de fecundidade (BECKMAN et al., 1983; OLIVEIRA, 2007).

No entanto, novos estudos sobre o processo de decisão por filhos entre casais apontam novas relações, em que os desejos dos maridos têm pequenos, mas estatisticamente significativos efeitos incrementais sobre o comportamento do casal quanto ao uso de contraceptivos ou ao número de filhos tidos, quando os efeitos dos desejos e intenções das esposas são controlados (MORGAN, 1985). Uma das grandes estudiosas do tema é Elizabeth Thomson, que, entre os vários artigos publicados (THOMSON et al. 1990; THOMSON, 1997; THOMSON; HOEM, 1998), mostra que os desejos e intenções dos homens em idade reprodutiva influenciam os nascimentos de filhos com uma força igual aos desejos e intenções das mulheres. Thomson et al. (1990) observaram que, para os casos de um tamanho de família desejado divergente, o número de crianças efetivamente tidas situava-se entre as preferências iniciais individuais e, nessas situações, mais uma vez, a influência do parceiro do sexo masculino foi encontrado como sendo igualmente forte. O estudo ainda revelou que a vontade do marido para adiar os nascimentos teve efeito significativo sobre as taxas de fecundidade. Embora maridos fossem menos prováveis do que suas mulheres de expressar sua disposição a adiar os nascimentos por motivos econômicos, eles foram mais sensíveis às condições econômicas do que

as esposas quando as decisões de tempo eram feitas. Thompson (1997) revela, ainda, que a omissão dos desejos ou intenções dos maridos distorce a verdadeira relação entre desejos e intenções de fecundidade do casal e que especificações imprecisas da relação entre desejos ou intenções e nascimentos dos parceiros distorcem a compreensão dos determinantes da fecundidade e suas consequências.

Miller et al. (2004) sugerem um círculo de efeitos em que os desejos e o comportamento verbal e não verbal do marido afetam a percepção desses desejos, influenciando os próprios desejos da mulher, que, por sua vez, interferem, com seu comportamento verbal e não verbal, a percepção dos desejos do marido, e assim por diante. Cada cônjuge comunica verbal e não verbalmente para o seu parceiro os seus desejos e intenções por filhos e cada um dos cônjuges, por sua vez, interpreta o comportamento verbal e não verbal de seu parceiro e faz suas inferências dos desejos, intenções e motivações do companheiro para ter ou não filhos. A mais importante influência social sobre o comportamento reprodutivo individual vem do parceiro sexual, pois o comportamento reprodutivo envolve a tomada de decisão conjunta e uma busca cooperativa de evitar ou não a gravidez, em que os conflitos de interesse estão presentes em díades sexualmente íntimas (MILLER, 2011).

Bauer e Kneip (2012), estudando a tomada de decisão por filhos entre casais, encontram efeitos simétricos dos desejos dos dois parceiros sobre as intenções e comportamento de fecundidade, indicando que nem as mulheres nem os homens dominam as decisões nesse campo. Mas o que se mostra relevante é a função de utilidade comum, em que um parceiro somente irá vetar se a perda esperada de utilidade de uma criança for muito alta. E, quando os parceiros tiverem desejos opostos, o poder de negociação virá a partir das vantagens das condições de mercado, o que poderá desempenhar papel fundamental para um parceiro impor sua vontade sobre o outro. Em seu estudo sobre a Alemanha, Hener (2010) mostra evidências de que os casais não negociam somente sobre o consumo privado, mas também sobre as decisões de fecundidade. Assumindo que a renda relativa desempenha papel fundamental para a tomada de decisão, como determina a teoria do poder de barganha, o estudo sugere que as mulheres, por deterem menor renda, possuem menor poder de barganha.

Na Austrália, a preferência de fecundidade das esposas revela-se mais efetiva para prever os resultados de fecundidade em comparação com a preferência dos maridos. A chance de se ter mais uma criança foi maior para casais em que a mulher queria mais filhos e foi menor para casais em que a mulher queria ter menos filhos. Após controlar o desejo inicial de fecundidade do marido, o risco de ter um filho adicional foi 48% menor, quando o desejo inicial da mulher era inferior, e 83% maior, quando o desejo inicial da esposa era maior. Assim, nesse estudo, a preferência da mulher parece ser a força motriz das realizações de fecundidade (FAN; MAITRA, 2011).

Apesar de os estudos empíricos não fornecerem fortes evidências sobre se o homem ou a mulher é mais pró-natalista do que o outro (MASON; TAJ, 1987), um argumento é que as mulheres preferem ter menos filhos do que os seus maridos. Nesse caso, então, uma maior autonomia feminina implicaria que as mulheres seriam mais propen-

sas a ter uma baixa fecundidade. Um dos motivos de as mulheres desejarem menos filhos do que os homens, por exemplo, seria o fato de arcarem com os custos de ter filhos. Outro fator seria a autonomia interferir na decisão de utilizar um método contraceptivo em casos em que mais filhos são indesejados. Em outras palavras, se uma mulher prefere não ter mais filhos, ela agiria com base nessa preferência, utilizando um método contraceptivo mais eficaz. Mason (1986) afirma, então, que a ligação entre autonomia feminina e fecundidade é importante para a demografia.

Puur et al. (2008) também justificam a incorporação de gênero nos estudos de baixa fecundidade, uma vez que os desejos e preferências por crianças surgem de forma diferenciada em ambos os sexos e os mecanismos que levam à realização dessas preferências também diferem entre homens e mulheres. Em seu estudo realizado em 14 países europeus entre 2000 e 2003, os autores concluíram que atitudes mais igualitárias em direção à equidade de gênero levam a intenções de fecundidade mais elevadas entre os homens. Além disso, após o controle de diversas características demográficas e socioeconômicas, verificou-se que atitudes mais equânimes de gênero associam-se a intenções mais elevadas de fecundidade, bem como fecundidade realizada maior em 8 dos 14 países investigados (Áustria, Estônia, Alemanha Ocidental e Oriental, Itália, Lituânia, Países Baixos e Polônia).

McDonald (2000a e 2000b) aponta, em suas pesquisas, que a fecundidade aumenta à medida que se avança em prol da equidade de gênero dentro das famílias. Paradoxalmente, o desequilíbrio de gênero entre os cônjuges em relação aos níveis de educação, emprego e divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos tem contribuído para a baixa fecundidade nos países desenvolvidos. Adicionalmente, Presser (2001) acredita que, com o adiamento da fecundidade, as mulheres passaram a ter mais experiências de seu tempo gasto em outras atividades (trabalho, educação, lazer, etc.) e, com isso, sentem-se no direito de ter este tempo próprio. Com o nascimento dos filhos, as mulheres passam a ter novas demandas de tempo, contudo, os homens não entendem essa necessidade de tempo próprio de suas mulheres, enquanto estas esperam, cada vez mais, a participação dos homens no cuidado e educação dos filhos. Nesse sentido, o custo econômico e social de ter mais de um filho torna-se muito acentuado, pois significa elevar as tensões nas negociações de gênero sobre o uso do tempo dentro das famílias.

Ao analisarem os efeitos das atitudes dos parceiros sobre o tempo do nascimento do primeiro filho entre casais na Holanda, Jansen e Liefbroer (2006) identificaram que as atitudes dos parceiros não são sempre idênticas, uma vez que a atitude da esposa em relação aos papéis de gênero é, muitas vezes, um pouco mais igualitária do que a do parceiro. Por outro lado, as atitudes de ambos os parceiros desempenham papel igualmente importante na tomada de decisão sobre o nascimento do primeiro filho. Os casais parecem se esforçar para chegar a um consenso quando têm atitudes dissimilares, sendo que uma das soluções nas famílias contemporâneas é a negociação, por meio da qual conseguem lidar com as diferenças do poder de barganha. As atitudes de papéis de gênero são importantes durante o relacionamento, em que ter e criar filhos pode demandar ajustes em alguns aspectos da divisão sexual de trabalho

na família e do trabalho remunerado. Dado que esses ajustes resultam da decisão de ter filhos, a decisão sobre qual dos parceiros irá ajustar o seu comportamento mais fortemente a essa nova situação pode depender de qual parceiro é o mais orientado para a criança. Ao mesmo tempo, ter filhos requer negociar um elemento novo: a divisão de tarefas de cuidados infantis. Uma vez que existem disposições anteriores para esse tipo de divisão do trabalho, poderia ser que as atitudes de gênero - que fornecem, em geral, um roteiro para o modo de divisão destas tarefas - sejam relevantes para decidir como será essa divisão (JANSEN; LIEFBROER, 2006).

Hakkert (2003), analisando as preferências reprodutivas de casais em oito países da América Latina, incluindo o Brasil, observou que cerca de um terço dos casais relatou querer o mesmo número de filhos por ambos os cônjuges e, curiosamente, muitos casais pareciam não perceber que tinham objetivos diferentes. Maridos, em particular, estavam convencidos de que suas esposas tinham os mesmos pontos de vista que os seus sobre o tamanho ideal da família: era engano. Tudo isso indica uma falta de comunicação sobre as preferências de fecundidade e da presença de atitude “machista” por homens que assumem que suas esposas compartilham suas preferências. O autor ainda revela que os homens tendem a querer mais filhos do que suas esposas, mas as diferenças são pequenas: em aproximadamente 36% dos casos, são os homens que desejam ter mais filhos e, em cerca de 28%, são as mulheres. Para os casais que diferiram quanto ao número desejado de filhos, a situação mais comum foi aquela em que as preferências médias dos cônjuges ficaram acima do valor médio preferido pelas mulheres, sendo que a fecundidade superava ambos. Assim, a fecundidade dá-se mais de acordo com a preferência do sexo masculino do que feminino.

No Brasil, poucos trabalhos analisaram a relação entre relações de gênero e vida reprodutiva. Goldani (2001) avaliou as relações de gênero no contexto de queda da fecundidade no Nordeste brasileiro, com base nos dados da PNDS 1996. Percebeu-se que as condições assimétricas de gênero foram desfavoráveis para a redução da fecundidade no Nordeste, o que fez as mulheres dessa região desacompanharem o declínio rápido da fecundidade no Brasil como um todo. Ao utilizar um índice de igualitarismo como uma *proxy* para as relações de gênero entre casais e sua influência sobre a TFT, a autora observou que os níveis de igualitarismo sobre escolhas reprodutivas eram muito baixos (apenas 52% dos casais apresentavam pelo menos algum igualitarismo). Para cada aumento de um ponto na escala de igualitarismo, ocorria uma redução de mais de meio filho (-0,570) entre os casais com o mesmo número ideal de filhos.

Com uma *proxy* similar de relações de gênero, Gualberto (2003) faz uma análise das condições de igualdade entre a mulher e seu cônjuge e o uso de contracepção. Visualizou-se que as chances dessa mulher usar métodos contraceptivos crescem de acordo com a expansão do indicador e que aumentos de *status* diminuem as chances de insatisfação contraceptiva. Recentemente, Bonifácio e Nepomuceno (2012), ao examinarem as preferências reprodutivas de casais em 1996, sugeriram que, como há uma tendência de regularização do comportamento reprodutivo para todos os estratos sociais e regiões geográficas, quase nenhuma variável socioeconômica e demográfica foi esta-

tisticamente significativa para explicar a variação no número ideal de filhos declarado pelos cônjuges, indicando que o contexto influi pouco na preferência reprodutiva de cada cônjuge. Quanto à preferência reprodutiva do marido, os autores observaram que tende a elevar o número médio final de filhos tidos em maior proporção que a preferência reprodutiva da esposa. Quando há divergência entre as preferências dos cônjuges, o número ideal declarado pelo marido tem efeito maior na parturição final do casal, se esse número é acima daquele declarado pela esposa. Dessa maneira, é possível pensar que, na situação em que o marido deseja ter mais filhos do que a esposa, sua preferência reprodutiva terá mais impacto no número de filhos que o casal terá do que nos casos em que ambos concordam ou em que a mulher deseja uma quantidade maior de filhos.

Metodologia

Em um primeiro momento, a fim de trazer um panorama das decisões por filhos entre casais e das relações de gênero, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS de 1996 e 2006 (sobre preferências reprodutivas, com o objetivo de demonstrar a importância das preferências dos maridos sobre o comportamento de fecundidade e também a satisfação com o número de filhos tidos pela mulher em nível do país.

Tentou-se descrever o perfil de mulheres segundo seu *status* de fecundidade, o qual foi calculado pela subtração entre o número de filhos nascidos vivos e sobreviventes e o número de filhos desejados. Se esse resultado for igual a zero, a mulher foi classificada como sem discrepância; se positivo, a mulher tinha excesso de filhos; e se negativo, a mulher foi classificada com discrepância de fecundidade, ou seja, tinha menos filhos do que desejava. Este perfil envolveu mulheres atualmente casadas/unidas e que estavam entre 35 e 49 anos, uma vez que estas teriam poucas possibilidades de aumentar sua fecundidade e se tornarem satisfeitas.

A fim de verificar qual a influência das relações de gênero sobre as preferências reprodutivas das mulheres, foi criado o indicador das relações de gênero na relação conjugal. Tentou-se reaplicar o indicador de *status* da mulher feito por Gualberto (2003), o qual ainda leva em conta as sugestões feitas por Goldani (1994), Mason (1986), Evans (1992) e Kishor e Neitzel (1996). No presente trabalho, foram feitas algumas modificações e adaptações no indicador, devido à disponibilidade da base de dados e, especialmente, à inserção de novas perguntas, as quais estão mais relacionadas com o interesse desta pesquisa. Assim, o indicador das relações de gênero está dividido em cinco partes: escolaridade; trabalho; chefia domiciliar; acesso à mídia; e relacionamento entre parceiros.

Na escolaridade, a variável de relações de gênero é se a mulher tem escolaridade igual ou superior à de seu parceiro; nos casos afirmativos, o indicador recebe um ponto. O ambiente profissional e de trabalho diz respeito se a mulher trabalha ou não, além das atividades domésticas, e ganha ponto aquela mulher que trabalha fora. Já variável chefia domiciliar feminina só será considerada um elemento que contribui

para as relações de gênero se a chefia feminina ocorre em um domicílio dos estratos A ou B, não sendo selecionados aqueles domicílios em que a chefia feminina está atrelada a um menor número de provedores e, conseqüentemente, à vulnerabilidade financeira. No acesso à mídia, segundo Faria e Potter (1999), existe, para o caso brasileiro, uma conexão entre exposição à TV e as preferências de famílias menores e demandas por planejamento familiar. Diante disso, receberá ponto a mulher que declarar que assiste à televisão ou tem acesso a outras mídias, tais como rádio, jornais ou revistas. Por fim, o relacionamento entre cônjuges será avaliado em quatro variáveis, pois se considera que é justamente dentro da relação conjugal que os diferenciais de gênero e posição da mulher diante das decisões podem ser mais bem visualizados. Ganhará ponto de relação de gênero a mulher cuja diferença de idade em relação ao seu atual parceiro seja igual ou menor que dez anos. A mulher que conversa sobre planejamento familiar com o seu parceiro também ganhará ponto, assim como aquela que afirma ser a única que decide sobre o destino do dinheiro que ela recebe. Por fim, receberá ponto a mulher que responder que pode rejeitar fazer sexo com o marido quando ela está cansada ou não quer. O indicador de relação de gênero da mulher utilizado aqui é a soma dessas oito situações de avaliação tanto das características individuais da entrevistada quanto da sua relação com seu cônjuge/parceiro. Para cada situação favorável à mulher, o indicador ganha um ponto e assim poderá assumir valores entre zero (indicando relação muito desigual) e oito (relação de maior igualdade de gênero).

Posteriormente, a fim de avançar no entendimento da dinâmica conjugal de decisão por filhos, foi utilizada a metodologia qualitativa. Trata-se de um estudo de caso, o qual, segundo Yin (1994), é adequado para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, em que é possível identificar o “como” e o “porquê” da dinâmica de um fenômeno, buscando um aprofundamento nos temas de interesse.

Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa de campo com casais residentes no município Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, no período de julho a setembro de 2013.⁴ Essa etapa caracterizou-se pela realização de entrevistas em profundidade individuais. Foram indagados 31 casais, em que a mulher, utilizada como âncora, tinha entre 35 e 44 anos⁵ e possuía cursos superior completo ou mais. Entre

⁴ Belo Horizonte é a capital do Estado de Minas Gerais. O município tinha 2,4 milhões de habitantes em 2010; seu IDH foi de 0,810, sendo que a média nacional foi 0,73. A TFT de 2012 era de aproximadamente 1,7 se calculada pelos registros contínuos de boa cobertura.

⁵ Estipulou-se essa idade devido ao fato de a probabilidade de ter mais filhos ser pequena, uma vez que a fertilidade é reduzida e por ser a faixa etária em que a medicina define como gestação de risco e maternidade tardia. Assim, o grupo acima de 35 anos teria mais motivos a serem revelados como possíveis causas de ainda não terem realizado a sua fecundidade, os quais interessam a essa pesquisa, bem como teria menor período e possibilidades de satisfazer sua fecundidade, caso esta ainda não esteja realizada. Não se trabalhou com mulher acima de 45 anos para evitar uma disparidade etária muito grande e por ser uma idade próxima ao final do período reprodutivo, podendo, de alguma forma, influenciar as respostas das mulheres quanto à sua satisfação de fecundidade. Além disso, as mulheres com mais de 45 anos fazem parte de coortes com vivências, experiências e pressões diferentes daquelas de mulheres de até 35 anos e, com isso, ainda não serem influenciadas pelos fenômenos da baixa fecundidade e possível adiamento da mesma.

esses casais, 12 não tinham filhos, 11 possuíam um filho e oito tinham dois filhos. Entre aqueles que já tinham filhos, metade das mulheres tornou-se mães antes dos 35 anos e, a outra metade, depois dos 35 anos.

As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora, que seguiu um roteiro semiestruturado. Esse instrumento permitiu um diálogo mais ativo e dinâmico por parte dos entrevistados e um aprofundamento dos temas de interesse da pesquisa. As entrevistas aconteceram no local de preferência dos entrevistados (domicílio ou local de trabalho) e duraram, em média, 45 minutos.

No recrutamento das entrevistadas foi levado considerado o critério de conveniência, utilizando-se a técnica conhecida como Bola de Neve, em que os participantes sugerem outros contatos para serem entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas a partir da análise de conteúdo. Os participantes foram identificados por meio de nomes fictícios, número de filhos e idade, possibilitando que os relatos utilizados reflitam opiniões de diferentes pessoas. As falas dos entrevistados serão apresentadas sempre em itálico, enquanto as interferências e questionamentos por parte do entrevistador estão sinalizados entre colchetes, e o que aparece esporadicamente entre parênteses, no final da identificação do entrevistado, corresponde a informações adicionais que ajudaram no entendimento do contexto daquele participante.

As pesquisas que subsidiam este trabalho seguem os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos e foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Perfil dos entrevistados

Levando em consideração todos os requisitos para a seleção da população estudada, observou-se que os entrevistados tinham em média de 39,3 anos, sendo que as mulheres tinham 37,9 anos e os homens 40,7 anos, corroborando o fato de, geralmente, os homens se casarem com mulheres mais novas e as mulheres preferirem trocar alianças com homens mais velhos (IBGE, 2011a). No entanto, encontrou-se oito casais que fogem à essa regra, nos quais as mulheres eram mais velhas em média 4 anos (com máximo de 9 anos). Entre os casais em que os homens eram os mais velhos, a média de diferença de idade foi de 5,7 anos (com máximo de 15 anos). No que diz respeito à raça cor, a maioria dos entrevistados (42) se autodeclarou branco e 20 entrevistados se classificaram com pretos ou pardos. Quanto à escolaridade todas as mulheres tinham nível superior completo, sendo que, destas 6, tinham mestrado/doutorado, enquanto que entre os homens apenas 3 deles tinham esta mesma instrução, e 5 possuíam apenas o ensino médio incompleto/completo. Estes dados mostraram claramente a maior escolaridade feminina em relação aos homens, corroborando com os dados do Brasil como um todo (IBGE, 2011b).

Em relação ao trabalho, praticamente todos os entrevistados exerciam atividade remunerada, com exceção de quatro, entre eles três mulheres e um homem, que se

encontravam desempregados. A renda média mensal do trabalho foi de R\$6400,00, sendo que para as mulheres foi de R\$5824,00 e para os homens de R\$6982,00. A renda média dos entrevistados é bastante superior à renda média nacional (R\$1202,00) e a diferença da renda média entre homens e mulheres foi bastante similar à encontrada pela população brasileira com um todo (a renda das mulheres corresponde à 70% da renda dos homens no Brasil e entre entrevistados esta diferença foi de 76%) (IBGE, 2011b). A renda elevada encontrada entre os entrevistados é bastante compatível com a escolaridade e profissões do grupo entrevistado. Estas variaram entre servidores públicos (11 entrevistados), empresários/autônomos (9 entrevistados), profissionais liberais (18 entre advogados, médicos, dentistas, contadores, educador físico, entre outros), professores, gerentes etc.

A maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, estavam vivenciando a primeira união, mas uma entrevistada e cinco homens que já estavam vivenciando a segunda união e apenas um estava no quarto casamento. A idade média à união atual foi de 31,2 anos, sendo que para as mulheres essa média foi de 29,9 anos e 32,6 anos para os homens, ou seja, bem acima da média brasileira (IBGE, 2011). O tempo de união foi bastante diversificado, em média, as uniões tinham uma duração de 8 anos, sendo que foram entrevistados dois casais recém-casados (próximo de 1 ano de união) e dois casados com mais de 20 anos. Com relação à idade média à maternidade esta foi de 32,4 anos e da paternidade de 33,0 anos. Dos entrevistados, 10 mulheres e 8 homens tiveram seus filhos antes dos 35 anos, em média aos 28,9 anos e 26,3 anos, respectivamente. E entre aqueles que foram pais depois dos 35 anos a média de idade foi de 36,1 anos para as mulheres e 38,3 anos para os homens. Estes dados mostram que o grupo analisado tem características bastante diferenciadas da população brasileira como um todo, da qual as mulheres apresentam uma idade média à maternidade de aproximadamente 26,5 anos (IBGE, 2011b). Estes perfis de nupcialidade e fecundidade dos entrevistados são reflexos da elevada escolaridade do grupo e conseqüentemente da renda, porque se sabe que no Brasil estas variáveis estão altamente correlacionadas com adiamento das uniões e pa(maternidade). Segundo IBGE (2011b) quando se compara o grupo das mulheres sem instrução e fundamental incompleto com o grupo das mulheres com graduação, estas últimas apresentam uma taxa de fecundidade 61,9% menor (fecundidade de 3,09 filhos e 1,14 filho, respectivamente). Paralelamente, com o aumento do nível educacional, o padrão etário da fecundidade passa a ser mais tardio, pois a idade média à maternidade das mulheres com até o ensino fundamental incompleto é de 25,4 anos, já entre aquelas com ensino superior completo é de 30,9 anos, ou seja uma diferença de, em média, 5,5 anos (IBGE, 2011b).

Resultados e discussões

Os dados quantitativos

Ao se considerar que os desejos dos cônjuges se influenciam mutuamente e para ilustrar a importância de estudar a interferência dos desejos dos maridos sobre o comporta-

mento de fecundidade, a Tabela 2 apresenta os dados sobre o *status* entre fecundidade desejada e realizada e sua relação com o desejo do cônjuge por filhos. Percebe-se que, de alguma forma, a opinião do companheiro é relevante para a implementação das preferências de fecundidade da mulher, especialmente para caracterizar a demanda por falta de filhos. Apesar de se supor que essas duas variáveis são muito correlacionadas, devido ao fato de a informação sobre o desejo do marido ser dada pelas mulheres, isso não foi confirmado, pois o Teste de Cramer mostrou uma correlação fraca (menor que 0,2 e significância de 99%), em ambos os anos analisados.

Analisando-se os diferenciais entre os percentuais, nota-se que foi entre as mulheres cujos maridos desejavam menos filhos que se encontrava a maior proporção daquelas que tinham menos filhos do que o desejado, ou seja, com discrepância de fecundidade (50% em 1996 e 77% em 2006). Também foi nesse grupo que se registrou o maior aumento no período. Observou-se, ainda, que a porcentagem de mulheres que tinham discrepância, nos casos em que elas disseram que ambos desejavam o mesmo número de filhos, foi expressiva (mais de 41%). Essas diferenças foram estatisticamente significativas. Isso sugere que os desejos dos parceiros interagem-se e que o desejo por filhos de um cônjuge pode sobressair ao outro. Nesse caso, os dados indicam que o desejo do homem, por diversos motivos, parece se destacar em relação ao da mulher.

Tabela 1
Distribuição percentual de mulheres casadas/unidas de 35 a 49 anos, por discrepância de fecundidade, segundo desejo do marido por filhos
Brasil - 1996-2006

Desejo do marido por filhos	Fecundidade desejada igual à atual	Fecundidade desejada menor que a atual	Total	N.	Significância - teste de média de média (estatística F)	Valor e significância - teste de correlação Cramer V
1996						
Deseja igual	68,26	31,74	100,00	1.268	0,0000	V=0,1923 P-valor=0,000
Deseja mais	61,89	38,11	100,00	296	0,5530	
Deseja menos	41,04	58,96	100,00	247	0,0000	
2006						
Deseja igual	51,27	48,73	100,00	1.061	0,0020	V=0,232 P-valor=0,000
Deseja mais	53,94	46,06	100,00	218	0,2201	
Deseja menos	10,41	89,59	100,00	141	0,0000	

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 1996 e 2006.

A fim de vislumbrar essas relações entre os desejos dos parceiros, a Tabela 3 traz uma junção das preferências das mulheres com os desejos dos maridos (declarados pelas mesmas), suscitando novas questões. Um dado curioso é que, entre as mulheres que declararam querer (mais) filhos e cujos maridos desejavam ter menos do que elas, 95% tinham menos filhos do que desejavam. Já entre as que não queriam ter (mais) filhos, o maior percentual com discrepância foi entre aquelas cujo marido desejava menos filhos (70% das mulheres). Esses resultados apontam para a importância da

opinião do parceiro sobre o comportamento de fecundidade das mulheres, indicando que, no caso em que os homens querem menos filhos do que as parceiras, estas teriam maior influência dos seus parceiros.

Tais dados, por outro lado, permitem questionar se, de fato, é a mulher que não quer ter (mais) filhos ou se é o marido quem não quer, pois a mesma saberia que o marido quer ter menos filhos do que ela e, de outro modo, esta declarou ter menos que desejava. Mais uma vez, percebe-se que pode haver uma ambiguidade na declaração de preferências reprodutivas pelas mulheres e, ainda, uma influência dos desejos do parceiro na declaração de sua preferência. Isso pode indicar, mesmo não controlado por duração do casamento, que os desejos dos parceiros influenciam, assim como outros fatores, os desejos por filhos de suas esposas, seja, ou não, de forma consciente, o que determina que as mesmas tenham mais ou menos filhos que, de fato, desejavam e tinham a intenção de ter.

Tabela 2

Percentual de mulheres casadas/unidas de 35 a 49 anos com discrepância de fecundidade, segundo suas preferências por filhos e o desejo do marido por filhos
Brasil - 1996-2006

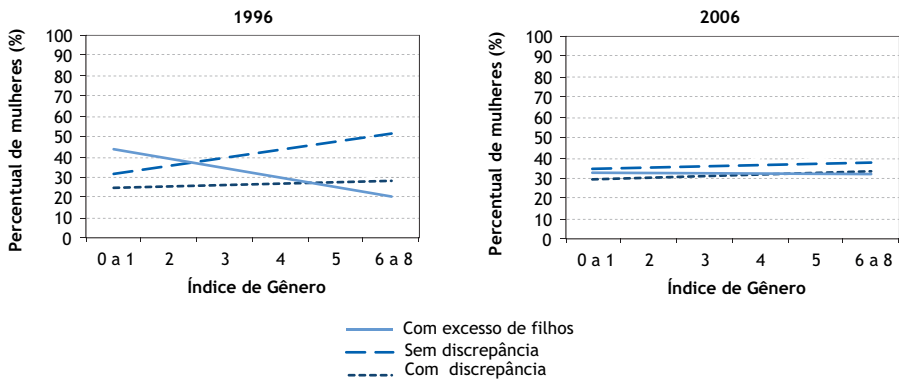
Preferência das mulheres por filhos e desejo dos maridos por filhos	1996	2006	Diferença	Números	
				1996	2006
Mulher quer (mais) filhos					
Marido quer o mesmo	91,49	90,64	-0,92	957	157
Marido quer mais	79,48	79,42	-0,07	205	26
Marido quer menos	91,88	95,20	3,61	188	39
Mulher não quer (mais) filhos					
Marido quer o mesmo	20,13	25,93	28,76	1381	941
Marido quer mais	19,84	29,52	48,77	548	228
Marido quer menos	42,39	69,23	63,32	195	105
Mulher não pode ficar grávida					
Marido quer o mesmo	52,47	63,77	21,54	147	136
Marido quer mais	45,12	17,76	-60,63	41	26
Marido quer menos	67,46	83,24	23,39	27	28

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 1996 e 2006.

Nesse sentido, a análise descritiva instiga questões, tais como: esses percentuais de discrepância tão elevados nos casos em que o marido deseja menos filhos do que a mulher seriam indicação de alguma forma de desigualdade de poder de barganha entre os parceiros e estariam, portanto, as mulheres menos empoderadas? Ou simplesmente estes percentuais estariam mostrando uma vontade da esposa em fazer o desejo do marido, o que não necessariamente significa menor poder de barganha ou equidade na tomada de decisão por filhos pelo casal? Ou, trata-se de produto da harmonização do projeto da vida em comum no que se refere à implementação das pre-

ferências reprodutivas do casal? E, ao se pensar sobre esse poder de barganha entre os cônjuges, é importante considerar as relações de gênero existentes na parceria. Para tanto, traçou-se o perfil das mulheres segundo o índice de gênero e seu status de fecundidade (Gráfico 1). Observa-se que, em 1996, era bastante claro que, com o aumento da igualdade de gênero na parceria, menor era o percentual de mulheres com discrepância de fecundidade. Contudo, em 2006, essas tendências desaparecem e sugerem que o índice, da forma como foi construído, não se associa com o fato de ter menos filhos que o desejado.

Gráfico 1
Tendência linear do percentual de mulheres casadas/unidas de 35 a 49 anos, por status de fecundidade, segundo índice de gênero
Brasil - 1996-2006



Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 1996 e 2006.

Os dados qualitativos

A fim de superar as limitações dos dados quantitativos, foram analisados os relatos de casais a partir de entrevistas em profundidade e percebeu-se que os desejos de cada parceiro sofrem interferência mútua, o que gera impacto direto sobre o comportamento de fecundidade do casal. Assim, como assinalado por Miller et al. (2004) e Miller (2011a), o desejo de um parceiro influencia e é influenciado pelo desejo do outro, fazendo com que, muitas vezes, confundam-se em uma mesma intenção. Nas falas, apresentadas a seguir, têm-se exemplos dessas interferências em que parece que o desejo por filhos nasce de forma conjunta, e que ambos os parceiros começam a pensar sobre ter filhos em um mesmo momento. Outros já mostram que o desejo por filhos vai nascendo aos poucos, com o tempo de relacionamento.

Foi quando nós começamos a conversar que estava na hora, a gente estava sentindo a casa muito vazia. (Bernardo, dois filhos, 43 anos)

Foi nascendo a vontade. Assim, chegou uma fase que foi nascendo, não foi de início não. Chegou uma fase que eu quis e aí foi quando eu parei de evitar. (Alice, um filho, 39 anos)

Para alguns entrevistados, o tempo de relacionamento parece ser importante para os casais pensarem em filhos, especialmente aqueles sem filhos. Tomás, demonstra que precisa acomodar a relação antes de decidir ter filhos. Já entre aqueles com dois filhos, se tornar pai/mãe para uns parece ser algo inerente ao casamento e não questionável, como é o caso do Henrique, em que houve pouco diálogo sobre as preferências reprodutivas. Já no caso da Izabel, essa decisão sempre foi muito discutida na relação.

Eu acho que no fundo ela quer ter filho, eu quero também, mas nós estamos esperando amadurecer a relação para poder a gente partir para essa ideia de ter filho. (Tomás, sem filhos, 37 anos)

Na verdade a gente não conversava muito sobre isso. A gente sabia que a primeira seria natural, coisa natural. (Henrique, dois filhos, 46 anos)

A gente sempre teve um relacionamento muito tranquilo, sempre discutimos muito o que a gente espera da nossa família, do nosso futuro. (Izabel, dois filhos, 36 anos)

Na hora da decisão por filho, é muito comum a presença de desejos e tempos diferentes para a (pa)maternidade, pois intenções reprodutivas individuais precisam ser acomodadas para a viabilidade de sua implementação (MILLER et al., 2004). A fala de Ronaldo mostra que ele foi sendo envolvido nos planos reprodutivos da esposa e que isso, de alguma forma, despertou seus desejos pela paternidade. No segundo caso, pelo contrário, o desejo do marido e a insistência desse em ter filho fizeram com que Carmem, que no início não desejava ter um filho, se tornasse mãe. Ou seja, nestes relatos tem-se reforçada a ideia de que os desejos dos parceiros se influenciam mutuamente e acarretam outro comportamento.

[Pensando um pouco depois que você conheceu a sua esposa, como que foi vindo a vontade de ser pai e se tornar pai?] Eu acho que a partir do momento que tive minha independência financeira, saí da casa dos meus pais, aquela vontade já não encaixava tanto à minha vida, porque era mais difícil de idealizar. Mas foi claramente uma... Eu acho que a mulher, ela pensa mais no futuro, o homem pensa mais no agora mesmo. Então eu acho que essa ideia de casamento, de ter família e tal foi muito mais construção da Bruna do que minha - eu fui meio que entrando no que ela propôs. (Ronaldo, 1 filho, 35 anos)

[Então você passou a não evitar filhos?] Eu não queria ser [mãe]. O Luan sempre falava isso comigo "mas eu quero ter um filho, quero ter uma família". O dia que ele falou isso para mim "eu quero ter uma família" aí que tocou. A gente foi trabalhando e tal, mas foi uma situação que ele teve que batalhar muito. [Se fosse só por você, você acha que seria mãe?] Se fosse só por mim eu acho que meu filho não teria vindo. Mas eu acho assim, as coisas sempre acontecem mais pela mão de Deus do que pela vontade da gente. O [filho] veio numa hora que eu estava preparada para receber ele, então eu acho que de repente... (Carmem, 1 filho, 41 anos)

Assim como exposto no referencial teórico, é importante analisar o efeito das divergências no tamanho de família desejado entre os cônjuges para as mudanças no curso do processo de tomada de decisão por filhos. Tal qual indicado por Thomson et al. (1990), em que a vontade do marido para adiar os nascimentos tem um efeito significativo sobre as taxas de natalidade, parece que, entre alguns entrevistados, sobretudo entre aqueles sem filhos, esse efeito também é válido para os desejos das mulheres. Para resolver esses conflitos e divergências, parece que uma das opções é o casal optar por adiar os nascimentos. No relato da Paula, tem-se um exemplo desse efeito do adiamento do filho, em função do seu não desejo por ter filhos naquele momento, o que o parceiro aceitou.

Quando nos casamos ele falou comigo: “Paula, você para de tomar remédio”, e eu falei: “Não, ainda não. Eu não estou preparada” e ele foi e entendeu. (Paula, sem filhos 35 anos)

No exemplo a seguir, Marina revelou que, apesar de desejar filhos, ainda estão adiando devido à falta de desejo por filhos do parceiro. Ela diz que já sabia disso quando se casou (que o marido não queria ter filhos), contudo, não acreditava que isso poderia atrapalhar a relação. Só com o passar do tempo, diante da irredutibilidade quanto à ação de ter filhos por parte do esposo e da permanência do desejo dela por filhos, esse assunto começou a gerar conflitos. E, até o momento, este tema não está decidido entre ambos. Clara revela que tinha um desejo muito forte por se tornar mãe no início do casamento, mas o marido nunca desejou ter filhos e, com passar o tempo, parece que o desejo dela foi diminuindo em função de o marido não ceder. Clara relata que não estaria disposta a abrir mão do relacionamento para realizar o seu sonho. Já no caso da Dália, percebe-se que a mulher também acabou sendo influenciada pelo esposo, mas nesse caso de forma contrária. A esposa não desejava ter filhos, mas passou por um processo de fertilização (sem sucesso) para tentar ter filhos, uma vez que o desejo do marido por filhos era muito grande e acabou influenciando-a.

A minha história com o Pedro foi a seguinte: eu sempre soube que ele não queria ter filho; sempre ele deixou muito claro para mim e tal. Só que a gente foi namorando, fomos se envolvendo. A gente se dá muito bem, ele é um cara muito bacana. Quando a gente tinha seis meses de namoro, a gente chegou a terminar, ficamos uns três meses terminados e voltamos. Quando a gente voltou, eu acho que tive medo de falar “Olha, ou é o filho ou nada”. Nós resolvemos voltar e eu sempre soube disso. Na minha cabeça, e ele sabe disso também, que eu sempre quis e tal, e isso sempre era um fantasma para a gente, sempre foi. (Marina, sem filhos, 37 anos)

Nessa época não era muito definido para mim não, então eu não estava querendo abrir mão no primeiro momento [de ter filho]. Só que aí eu fui pensando um pouco mais, porque eu também... Assim, você vai conversar com o Vitor e você vai ver, a opinião dele é “eu não quero ter filho porque não quero ter”, ele não tem, pelo menos não consegue expressar outro motivo mais grave. É só “não tenho vontade de ser pai”. Eu tinha vontade de ser mãe muito maior,

bem grande, então a coisa “nossa, nunca vou ser mãe” pesou um pouco. “Não vou cuidar do meu neném. Não vou ficar grávida”. [Você pensava em abrir mão do seu relacionamento para ser mãe ou não? Chegou a pensar sobre isso?] Eu cheguei a pensar isso, mas eu amo demais o Vitor, mas é muito, então eu acho que isso estava mais importante do que ter o filho. (Clara, sem filho, 35 anos)

[Ter filhos era um desejo dele?] É, isso estava muito claro, apesar de nunca ter falado assim comigo: “Não, nós vamos ter um filho”, ele deixava muito claro, ele não falava assim, mas deixava muito claro que sem filho ele não ia ficar, que não era um projeto na vida dele não ter filho de jeito nenhum, ao contrário do meu, que eu teria encarado isso de uma maneira bem mais tranquila. [Mas você conseguiria abrir mão do seu não desejo, da sua situação em prol de realizar o desejo dele?] Eu abri mão de casar e não foi, assim, abrir mão assim não era um projeto, uma coisa que eu sonhei, e foi bom [o casamento]. Por que [a maternidade] não seria? Então foi mais por aí. (Dália, sem filhos, 36 anos)

Nos casos apresentados, parece que, ao contrário do que tem sido apontado pelos estudos de Bauer e Kneip (2012) e Hener (2010), o poder de barganha sobre qual dos dois cônjuges terão os seus desejos atendidos não está totalmente associado a uma questão financeira, mas parece se relacionar mais a questões emocionais e de preferências dos entrevistados em continuar nos seus relacionamentos conjugais e/ou fazer a vontade do parceiro. Por outro lado, tais relatos também sinalizam que essas mulheres, de alguma maneira, parecem ter menor poder de negociação, haja vista que, nos casos analisados, mostraram-se mais dispostas a ceder aos desejos de seus parceiros, seja por abrir mão do desejo de se tornarem mães ou, contrariamente, sujeitando-se ao processo de gravidez a fim de realizar os desejos de seus parceiros. Entretanto, esse assunto parece não ser algo fechado para estas mulheres, haja vista que os maridos tenderiam a ceder caso pressionassem, indicando que isso iria acontecer se o desejo delas por filhos se tornasse muito forte. Nesse sentido, para a Marina, que deseja ter filhos, a solução seria por meio da adoção, por essa ser mais aceitável para o esposo, mas não para ela, embora se sentiria realizada.

Mas isso não foi tão claro [desejo por ser mãe], a gente conversou tanto, que para ele também ficou assim, se eu quisesse muito, ele abriria mão e teria. (Clara, sem filho, 35 anos)

Independente de como seja [filho natural ou adotado]. Se é o que ele dá conta e eu quero que ele seja o pai do meu filho, não quero abrir mão dele. Então eu estou muito feliz com isso. Não vejo a hora que realmente a gente... [possa adotar]. (Marina, sem filhos, 39 anos)

[Vocês estão decididos quanto a ter filhos?] Não. Da minha parte, quer dizer, a gente toca no assunto assim: “um dia a gente pode adotar”, e eu falo: “por mim tudo bem”. (Dália, sem filhos, 36 anos)

Em todos os trechos analisados, tem-se reforçada a visão apresentada por Iacovou e Tavares (2011), que argumentam que as decisões de fecundidade devem ser pensadas

como um processo dinâmico, em que as intenções são revistas no desenrolar dos processos vitais. As autoras destacam, ainda, a importância do estado conjugal, sobremaneira o início de novos relacionamentos, que parecem aumentar as intenções por filhos. Entre os entrevistados que vivenciam segundas ou mais uniões, isso se mostrou transparente, em que os homens parecem ser mais influenciados pelos desejos por filhos das novas esposas, os quais tendem a se realizar.

Ele já manifestou essa vontade. Depois, a gente conversando e tudo, ele também acha que... Engraçado, não é uma coisa essencial para ele, ele não fica assim “quero ter e tem que ser agora”. (Joice, 1 filho, 38 anos, está no segundo relacionamento, tem uma filha do relacionamento anterior e nenhum filho do relacionamento atual)

Eu não queria ter outro filho no começo não. “Não quero ter, não quero ter”... Depois de dois anos de casamento ela começou a me pedir para a gente ter filho. Aos poucos eu fui concordando, concordando, concordando e uma hora eu falei: “Então tá. Então vamos”. Em dois meses parou com o medicamento e ela engravidou e foi tranquilo. Eu já estava feliz já. (Isaac, 2 filhos, 37 anos, está no segundo relacionamento, tem um filho do relacionamento anterior e um do relacionamento atual)

Ela queria muito, eu fui relaxando, começando a pensar “quem sabe vai ser bacana”. Fui pensado isso com o tempo. (Lucas, 3 filhos, 54 anos, está no quarto relacionamento, tem duas filhas dos relacionamentos anteriores e uma do relacionamento atual)

Esses achados corroboram o estudo sobre homens recasados, de Marcondes (2008), que mostra que grande parte dos recasamentos masculinos envolve a união de um homem separado com uma mulher sem experiência anterior de vida conjugal, mais jovem do que ele e sem filhos. Além disso, a autora sugere indícios de uma possível associação entre o desejo de ampliar a prole em novas uniões e o *status* parental do homem recasado, uma vez que aqueles que não possuem filhos ou que têm somente um teriam mais chances de vir a querer ter filhos com uma nova companheira.

Conclusões

Ao se considerar que o comportamento reprodutivo envolve, na maioria dos casos, decisões de casal, cujos desejos individuais necessitam ser acomodados em uma única ação, foi necessário analisar os desejos de ambos os cônjuges por filhos. E, no contexto de baixa fecundidade, em que o envolvimento dos homens com a vida reprodutiva do casal tem sido cada vez maior, o objetivo deste trabalho foi entender como os desejos e intenções sobre fecundidade, de cada um dos parceiros, separadamente, interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é (não) ter filhos.

Verificou-se, com os dados da PNDS, que a tomada de decisão por filhos parece estar sendo mais compartilhada com os parceiros, dado que o desejo dos homens por filhos

revelou-se bastante relacionado ao comportamento de fecundidade da mulher, de forma que a maior parte daquelas que possuíam esposos que desejavam menos filhos do que elas acabava tendo uma discrepância de fecundidade. Isso também sinaliza que nem sempre ambos os cônjuges estão satisfeitos com os resultados do comportamento de fecundidade do casal e, entre os diversos processos de negociação, algum dos cônjuges pode fazer com que seu desejo torne-se realidade em detrimento dos desejos do outro. Parece, nesse caso, que, no final, as mulheres têm uma desvantagem, no sentido de experimentarem uma discrepância maior entre desejo e realidade.

Entre os casais entrevistados, visualizou-se que esses desejos se influenciam mutuamente e que tanto mulheres quanto homens parecem sentir tal influência. As mulheres parecem ser aquelas que mais sofrem essa interferência ou as que mais cedem à pressão dos seus companheiros, o que pode ser no sentido tanto de não ter filhos, entre aquelas que desejavam ser mães, quanto de ter filhos, entre aquelas que não desejavam a maternidade. Isso parece ocorrer seja por imposição não revelada pelo cônjuge, seja por opção da mulher, a qual vislumbra melhor qualidade do relacionamento, em que algumas preteriram seus desejos em função da realização do desejo dos seus parceiros. Mas parece que as mulheres que vivenciavam situação de desigual poder de barganha e estavam tendo os seus desejos contidos não queriam revelar as reais condições de gênero vivenciadas com seus parceiros. Estas mulheres podem, devido à posição social que ocupavam (serem escolarizadas e independentes financeiramente), se sentir constrangidas de demonstrarem vivenciar relações mais desiguais. Além disso, elas poderiam ainda não estar dispostas a se exporem, notadamente, devido ao fato de a sociedade esperar delas um comportamento mais empoderado.

Esse é um tema delicado, haja vista que os desejos e comportamentos dos indivíduos podem mudar ao longo tempo e, portanto, todo o discurso analisado seria indefinitivo. Assim, não se sabe se, entre aquelas que ainda não realizaram seus desejos por filhos em função do não desejo do marido, essa situação permanecerá. Por outro lado, averiguou-se que aquelas que tiveram filhos em função do desejo do parceiro parecem muito satisfeitas após realizarem esta opção. Então, seria fácil alegar que essas situações são reflexos de desigualdades de gênero e menor poder de barganha das mulheres em relação aos seus parceiros, talvez até mesmo imperceptíveis para elas. Entretanto, a dinâmica em que essas opções ocorrem é mais complexa e, em muitos momentos, isso não é explícito. Assim, este estudo não é conclusivo sobre se essas opções relacionam-se às tensões de gênero ou ao livre arbítrio de cada indivíduo.

De qualquer forma, isso só reforça a importância das relações de gênero para o contexto de decisão por filhos entre os casais, em que, apesar de o índice de igualdade de gênero só ter se mostrado significativo para 1996, não se pode pensar que estas relações não sejam mais relevantes. O que parece estar acontecendo é que, em função do empoderamento das mulheres no período analisado em diversas áreas, tais como educação, mercado de trabalho, seguridade, etc., pode-se criar uma certa invisibilidade das desigualdades de gênero ainda existentes, as quais passam a ser cada vez mais difíceis de serem captadas. Isso não quer dizer que as relações de gênero

tenham deixado de ser significativas no cotidiano dos casais, pelo contrário, podem ter um papel ainda mais relevante, especialmente nas decisões dentro das famílias e da vida reprodutiva. Provavelmente, as relações de gênero estejam associadas, cada vez mais, a questões menos palpáveis e perceptíveis aos dados e indicadores quantitativos, pois, com os dados qualitativos, ficam evidentes o processo de negociação e a importância do poder de barganha de cada parceiro para a definição do comportamento de fecundidade do casal.

Apesar dessas reflexões referirem-se a um grupo social mais favorecido, ao menos para o caso do Brasil, o conhecimento da influência do parceiro nos planos e no comportamento reprodutivo de forma geral torna-se ainda mais pertinente, uma vez que o país passou por mudanças importantes na legislação relativa aos deveres do pai biológico.⁶ Essas conquistas legais, nas quais o homem é chamado a exercer uma paternidade responsável, pelo menos legal e economicamente, estariam longe de serem consideradas insignificantes no país, sugerindo que esse exercício pode ter afetado o desejo e as intenções dos homens por filhos, bem como os argumentos utilizados por eles no momento da decisão por filhos pelo casal. Para uma agenda futura de pesquisa, torna-se importante analisar os grupos de casais menos escolarizados, entre os quais inexistente uma aferição dessa influência que, hipoteticamente, pode ter atingido em maior medida, justamente, as classes socioeconômicas menos favorecidas e, com isso, acentuado ainda mais a generalização da queda da fecundidade na sociedade brasileira.

Por fim, sugere-se, nesse sentido, que mais pesquisas sejam realizadas com casais de todas as classes sociais, em que tanto os homens quanto as mulheres sejam ouvidos, a fim de expandir o entendimento, nesse novo contexto de relações de gênero, da importância e influência dos desejos dos maridos sobre o comportamento reprodutivo da mulher e, em última instância, do casal.

Referências

- BANKOLE, A.; SINGH, S. Couples fertility and contraceptive decision-making in developing countries: hearing the man's voice. *International Family Planning Perspectives*, v. 24, n. 1, p. 15-24, 1998.
- BARROS, J. V.; WONG, L. R. E. Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. *Anais...* Rio de Janeiro: Alap, 2012.

⁶ Além da Lei n. 10.406/2002, contida no Código Civil, que determina o dever de sustento, em que existe a obrigatoriedade da pensão alimentícia, foi aprovada recentemente a inversão do ônus da prova gerada pela Lei n. 11.804/08, em que antes era a mulher que solicitava à Justiça a comprovação de paternidade: agora é o homem que tem de provar que não é o pai. Essa lei também permite que as mães recebam o benefício do suposto pai já a partir da gravidez e o seu não cumprimento pode ter como consequência a prisão do responsável. Contudo, recentemente, algumas discussões foram levantadas no âmbito judicial, a fim de minimizar essa pena (BRASIL, 2002, 2008).

- BAUER, G.; KNEIP, T. Fertility from a couple perspective: a test of competing decision rules on proceptive behaviour. **European Sociological Review Advance**, v. 12, Jan. 2012.
- BECKMAN, L. J. et al. A theoretical analysis of antecedents of young couples fertility decision and outcomes. **Demography**, v. 20, p. 519-533, 1983.
- BONIFÁCIO, G. M.; NEPOMUCENO, M.R. O estudo da preferência reprodutiva entre homens e mulheres: diferenciais entre o número desejado de filhos e a parturição no contexto brasileiro. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro: Alap, 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 05/10/2012.
- BRASIL. Lei nº11.804/08, de 05 de novembro de 2008. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm>. Acesso em:06/10/2012.
- CARVALHO, A. A. de. **Insatisfação ou discrepância?** Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG. Belo Horizonte, MG. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- EVANS, A. Statistics. In: OSTERGAARD, L. (Ed.). **Gender and development**. London: Routledge, 1992.
- FAN, E.; MAITRA, P. Women rule: Preferences and fertility in Australian households, Department of Economics. **Monash University Working Papers**, v. 57, n.10, 2011.
- FRIED, E. S.; UDRY, J. R. Wives' and Husbands' expected costs and benefits of childbearing as predictors of pregnancy. **Social Biology**, v. 26, p. 265-274, 1979.
- FARIA, V. E.; POTTER, J. E. Television, telenovelas, and fertility change in North-East Brazil. In: LEETE (Ed.). **Dynamics of values in fertility change**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 252-272.
- GOLDANI, A. M. Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste do Brasil. In: BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. **Fecundidade, anticoncepção e mortalidade infantil**. Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Bemfam e DHS; Macro International Inc., 1994. p. 57-80.
- _____. Gender relations and fertility in Northeastern Brazil. **Brazilian Journal of Population Studies**, v. 2, p. 69-96, 2001.

- GUALBERTO, L. N. **Comportamento contraceptivo, raça/cor e status da mulher no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HAKKERT, R. Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 267-288.
- HENER, T. Do couples bargain over fertility? Evidence based on child preference data. **Ifo Working Paper**, n. 92, 2010.
- IACOVOU, M.; TAVARES, L. P. Yearning, learning, and conceding: reasons men and women change their childbearing intentions. **Population and Development Review**, v. 37, n. 1, p. 89-123, 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados da amostra: nupcialidade, fecundidade e migração. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.
- IBGE. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000/2030**. 2011a. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm. Acesso em 10/09/2013.
- IBGE. **Estatísticas do Registro Civil de 2011**. 2011b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2011/rc2011.pdf. Acesso em 10/10/2013
- JANSEN, M.; LIEFBROER, A. C. Couple's attitudes, childbirth, and the division of labor. **Journal of Family Issues**, v. 27, n. 11, p. 1487-1511, 2006.
- KISHOR, S; NEITZEL, K. The status of women: indicators for twenty-five countries. **DHS Comparative Studies**, n. 21, Calverton, Mariland, 1996.
- MARCONDES, G. dos S. **Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens recasados**. Campinas, SP. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MASON, K. O. The status of women: conceptual and methodological issues in demographic studies. **Sociological Fórum**, v. 1, n. 2, p. 284-300, 1986.
- MASON, K. O.; TAJ, A. M. Differences between women's and men's reproductive goals in developing countries. **Population and Development Review**, v. 13, n. 4, p. 611-638, 1987.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000a.

- _____. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000b.
- MILLER, W. B.; SEVERY, A.; PASTA; D. J. A framework for modeling fertility motivation in the dyad. **Population Studies**, v. 58, n. 2, p. 193-205, 2004.
- MILLER, W. B. Comparing the TPB and the T-D-I-B framework. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 19-29, 2011.
- MORGAN, S. P. Individual and couple intentions for more children. **Demography**, v. 22, p. 125-132, 1985.
- OLIVEIRA, M. C. O lugar dos homens na reprodução. In: GUTIÉRREZ, M. A. **Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Clacso, 2007.
- PRESSER, H. B. A gender perspective for understanding low fertility in post-transitional societies. **Population and Development Review**, v. 27, p. 177-183, 2001.
- PUUR, A.; OLÁH, L. S. Z.; TAZI-PREVE, M. I.; DORBRITZ, J. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research**, v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.
- RYDER, N. B. A critique of the national fertility study. **Demography**, v. 10, n. 4, p. 495-506, 1973.
- THOMSON, E. Two into one: modeling couple behaviour. In: DIEGO, A. C. (Ed.). **Family variables**. Newbury Park, CA: Sage, 1990. p. 129-142.
- _____. Couple childbearing desires, intentions, and births, **Demography**, v. 34, p. 343-354, 1997.
- THOMSON, E.; MCDONALD, E; BUMPASS, L. L. Fertility desires and fertility: hers, his, and theirs. **Demography**, v. 27, p. 579-588, 1990.
- THOMSON, E.; HOEM, J. Couple childbearing plans and births in Sweden. **Demography**, v. 35, p. 315-322, 1998.
- YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. Sage Publications, 1994.